

# Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

**Bagunçando museus: reflexões sobre a História Social da Psicologia**

**Messing up museums: reflections on Social History of Psychology**

**Desordenando museos: reflexión sobre la Historia Social de la Psicologia**

Giuliana Volfzon Mordente<sup>1</sup> & Gervásio de Araújo Marques da Silva<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* [giulianamordente@yahoo.com.br](mailto:giulianamordente@yahoo.com.br) *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-6352-9663>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* [gervasioams@gmail.com](mailto:gervasioams@gmail.com) *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-3282-9994>

Já imaginou entrar em um museu não para contemplar, mas para fazer o que é proibido neste lugar: tocar, mover, quebrar, reconstruir e desconstruir... bagunçar? O livro “História Social da Psicologia” (Portugal, Facchinetti & Castro, 2018) leva a este passeio inusitado pelos museus da História da Psicologia. Os(a) organizadores(a) Francisco Portugal, Cristiana Facchinetti e Alexandre Castro apresentam histórias que nos potencializam a questionar a rigidez dos museus da Psicologia e a compreender e fazer História da Psicologia com vivacidade e dinamismo, enfrentando os caminhos tortuosos e armadilhas desta tarefa. O livro anuncia horizontes para uma história crítica da Psicologia, onde o fazer historiográfico contribua para processos de libertação da dominação, opressão e exploração.

No primeiro capítulo, *Como fazer uma História Social da Psicologia*, esperamos encontrar a fórmula de como fazer História Social da Psicologia, mas encontramos uma diversidade de possibilidades. A partir dos questionamentos das formulações historiográficas clássicas, problematiza-se ordenações e arrumações, incluindo a valorização de determinado objeto em detrimento de outros. Objetiva-se desnaturalizar ideias fixas e questionar fatos absolutos na História da Psicologia.

O segundo capítulo nos leva a ver a *História na Psicologia e a Psicologia na História*. Ver a História na Psicologia possibilita compreender os conhecimentos e objetivos da psicologia como históricos e culturalmente situados, com teorias e conclusões mutáveis que não obedecem a leis naturais de aplicação universal. Ver a Psicologia na História é questionar as implicações sociais dos saberes psi, rompendo com uma suposta neutralidade da Psicologia e revelando noções e conceitos que contribuem para projetos políticos de controle dos indivíduos.

O terceiro capítulo, *História dos efeitos e práticas da Psicologia*, traz apontamos sobre a História da Psicologia que a historiografia positivista não revela, como: (a) a artificialidade da separação entre teoria e prática, que empobrece e reifica uma dada realidade; (b) a diversidade de campos de atuação da Psicologia; (c) a suposta unidade da Psicologia, resultado da apropriação realizada por leigos e leigas, e não por psicólogos e psicólogas.

A segunda parte do livro apresenta exemplos de como realizar História Social da Psicologia. O capítulo

quatro, *Historicizar para libertar: a proposta de Psicologia da Libertação*, de Fernando Lacerda Jr, demonstrou como Martín-Baró produziu sua obra a partir de duas visões: a história na Psicologia e a Psicologia na história. A história na Psicologia deu-se pela crítica à incapacidade da Psicologia Social estadunidense e europeia em dar respostas aos problemas da população latino-americana. Martín-Baró historiciza os sujeitos e a sociedade latino-americana, demonstrando que o *quefazer* da Psicologia deve ser histórico. A Psicologia na história pode ser vista em seus questionamentos sobre a função social da Psicologia na sociedade latino-americana, descompromissada com os saberes e práticas populares e mantenedora do status quo, aplicando teorias e práticas que reforçam a exploração e a opressão. A historicização da Psicologia permitiu a Martín-Baró realizar a crítica aos limites da Psicologia hegemônica e propor uma Psicologia da Libertação, produzida desde a América Latina e pautada em uma práxis comprometida com a história, saberes e realidade do seu povo.

O quinto capítulo, *Psicologia, raça e racismo: breve análise de suas bases históricas*, de Hildeberto Vieira Martins, historicizou a constituição do pensamento psicológico sobre as relações raciais, demonstrando como o racismo explícito das teorias do determinismo biológico e o racismo velado da suposta democracia racial brasileira e das teorias culturalistas contribuíram para a objetificação da pessoa negra. A Psicologia corroborou este processo, até que a chamada crise da Psicologia Social produziu uma virada nos estudos sobre a questão racial, pautando-a pelo racismo como violência material e simbólica: a negritude passou a ser compreendida enquanto sujeito(s) constituído(s) pela marca da violência racista da classe dominante branca. Os estudos sobre branqueamento e branquitude trouxeram contribuições à Psicologia, destacando o simbólico, o relacional e os fatores políticos (relações de poder) da produção das imagens e autoimagens relacionadas à identidade racial. Assim sendo, uma História Social da Psicologia questiona as naturalizações e mitos sobre a população negra no Brasil e na Psicologia.

O último capítulo, *As diferentes concepções de História em Psicologia social*, de Renato Sampaio, discorreu sobre três perspectivas de fazer História que possibilitam a escrita de uma História Social da Psicologia: a Escola de Annales, Michel Foucault e o Marxismo. Estas, por caminhos diferentes, superaram a historiografia essencialista e naturalizante que reifica os sujeitos e a realidade social, excluindo a sua

complexidade constitutiva. Assim, ampliaram as fontes históricas, questionaram o saber-poder, aprofundaram críticas e diversificaram métodos e objetos da Psicologia.

O livro nos faz questionar as operações históricas que hegemonomizam e cristalizam os grandes nomes e determinados projetos de Psicologia, (re)produzidos por meio de um colonialismo acadêmico-científico impostos pelos grandes centros hegemônicos do mundo. Desse modo, guiados pelo horizonte apresentado por Martín-Baró, de libertar a Psicologia para construir uma Psicologia da Libertação, comprometida com a justiça e igualdade social, convocamos as contribuições do pensamento decolonial, que também nos faz questionar histórias, saberes e práticas naturalizadas.

Segundo pensadores como Dussel (1998), Quijano (2000), Mignolo & Pinto (2015) e Walsh (2017), a decolonialidade busca o protagonismo para sabedorias e corpos invisibilizados nos espaços de produção de conhecimento dominantes, desnaturalizando e problematizando práticas referenciadas em epistemologias hegemônicas. São projetos de resistência, transgressão e insurgência que nos desafiam a desaprender a pensar a partir das referências dominantes: fazem das fissuras da ordem colonial lugares de potência. Isto dialoga com o livro, que nos convoca questionamentos acerca de saberes, práticas e sujeitos marginalizados na História da Psicologia, como os apontamentos sobre maiorias populares latino-americanas e a questão racial brasileira.

A decolonialidade problematizou a produção de uma história única, universal e linear a partir de uma modernidade eurocêntrica. A colonização e neocolonização apagou histórias, descartou outras racionalidades epistêmicas e situou os demais povos em um suposto primitivismo. Este processo cria uma história única, que inferioriza para justificar a objetificação, dominação, exploração e desumanização do outro. Neste sentido, analisamos como uma História Social da Psicologia pode ser feita a partir de diferentes perspectivas disruptivas, como a Escola de Annales, a genealogia foucaultiana e o marxismo, questionando as narrativas produtoras de uma história única, que naturaliza acontecimentos como verdades universais.

Uma das principais armadilhas do pensamento colonial no nível epistêmico é produzir polarizações: decolonizar é fugir disto. Não se trata de trabalhar na dicotomia entre conhecimento científico versus conhecimento popular ou de dar visibilidade a outras culturas com as lentes brancas e eurocêntricas. A proposta

é situar politicamente a produção científica, questionando a ideia de neutralidade e de único conhecimento possível e socialmente válido. Desse modo, a decolonialidade é uma postura de resistência e subversão subjetiva, epistêmica, econômica e política contra o projeto de dominação colonial. Tal análise reforça a importância e o compromisso de, enquanto psicólogos e psicólogas, (re)contarmos essas histórias nos plurais, entendendo a pluralidade como compromisso ético-político com a transformação social, construindo outro modelo de sociedade com justiça e igualdade social. Para além de ocupar o lugar de uma psicologia hegemônica calcado em hierarquias e opressões, busca-se analisar os efeitos e práticas da psicologia, dissolvendo estruturas de poder normativas e individualizantes, construindo horizontes de luta partilhados e libertadores.

Assim, quando o livro *História Social da Psicologia* questiona os saberes historiográficos hegemônicos, também denuncia consequências do saber histórico colonialista. Uma perspectiva crítica de História Social da Psicologia demanda analisar a emergência da Psicologia em seus aspectos históricos, políticos, sociais, culturais, semânticos e institucionais. Suas proposições possibilitam produzir um olhar sobre o passado em constante relação com o presente; atento à realidade socioeconômica, anunciando as diferenças e produzindo novos arranjos das múltiplas e plurais histórias da Psicologia.

O livro, aliado à decolonialidade, bagunça as arrumações tradicionais dos museus clássicos e aponta para novas possibilidades de pensar e fazer caminhos para processos humanizantes. Como mudar a história do mundo sem questionar a sua própria história?

## Referências

- Dussel, E. (1998). *Ética de la Liberación en la Edad de la Globalización y la Exclusión*. Madrid: Trotta.
- Mignolo, W. D., & Pinto, J. R. S. (2015). A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas*, 15(3), 381-402. doi: 10.15448/1984-7289.2015.3.20580
- Portugal, F. T., Facchinetti, C., & Castro, A. C. (Eds.). (2018). *História Social da Psicologia*. Rio de Janeiro: Nau.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World Systems Research*, 6(2), 342-386. doi: 10.5195/jwsr.2000.228
- Walsh, C. (2017). Pedagogías Decoloniales. In T. G. Alarcón, & A. N. Cruz (Eds.). *Convergencias y divergencias: hacia educaciones y desarrollo "otros"*, (pp. 55-57). Bogotá: UNIMINUTO.